

Tema 4. Tópicos Especiais de Finanças Públicas

Classificação: **3º Lugar**

Valor do Prêmio: R\$ 5.000,00(cinco mil reais), certificado e publicação da monografia

Autor: **Jó Bezerra de Sales**

Especialista em Gestão Pública e em Direito Tributário - UFPA/IBET

Pesquisador - IDESP

Transferências Intergovernamentais: a desigualdade na repartição da cota-parte do ICMS no Pará - 1998 a 2008

Resumo: Estuda a distribuição da cota-parte do ICMS analisando o nível de desigualdade e concentração no Pará. Investiga o seu padrão equitativo a partir das características da economia paraense identificando elementos que produzem influência na alteração do princípio devolutivo dessa dotação fiscal, bem como, examina até que ponto estas alterações produzem distorções que contribuam para o agravamento dos desequilíbrios nas proporções das cotas transferidas entre os municípios paraenses. Analisa o sistema de transferências intergovernamentais, procurando identificar suas respectivas funções, competências e importância no sistema de partilha brasileiro. Caracteriza as transferências do tipo “Revenue Sharing” no Brasil, especialmente a cota-parte do ICMS, buscando demonstrar a sua relevância aos governos subnacionais. Os resultados do Coeficiente de Gini da cota-parte do ICMS indicam elevado padrão de desigualdade, apesar da redução da concentração ocorrida nos dez anos analisados (em 1998 o Gini foi de 0,764 e em 2008 reduziu-se para 0,682). As distorções se agravam com a alteração do princípio devolutivo, pois, o elevado grau de desoneração fiscal da economia paraense, em decorrência da Lei Kandir e incentivos fiscais concedidos, produz um hiato fiscal ou “free tax gap” entre o valor arrecadado de ICMS e o Valor Adicionado Fiscal (VAF), que compõe a base de cálculo da distribuição da cota-parte aos municípios. Este “free tax gap” era, em 1997, de 7,37% e atingiu 11,35% em 2007. Isso provocou a redução do valor médio de ICMS repartido entre os municípios e beneficiou as cidades produtoras de semielaborados, especialmente os de base mineral, em prejuízo, principalmente, de Belém e cidades de porte médio com baixo potencial extrativista-exportador. A elevada desigualdade desta dotação fiscal também se confirma na análise comparada entre os estados de Minas Gerais e Ceará, bem como, na comparação com o FPM.